

Arinos admite revisões no trabalho da comissão

O presidente e o secretário geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, jurista Affonso Arinos de Mello Franco, e o professor Ney Prado, admitiram ontem, em Brasília, que temas já votados em plenário poderão ser reexaminados, desde que o plenário delibere nesse sentido. Ney Prado afirmou que a hipótese de reexame tem sido comentada entre os membros da comissão e que Affonso Arinos está preocupado com "certos assuntos que, por força dos resultados, das implicações e da reação dos setores interessados, ensejam uma reflexão maior".

Até agora, conforme a

Agência Globo, foram aprovados pelo conjunto da comissão os trabalhos de dois dos dez comitês: o que estudou a defesa do estado, da sociedade civil e das instituições democráticas, cuja proposta tem provocado reação dos setores militares, e o que tratou da ordem econômica.

Segundo Ney Prado, há matérias "que são relevantes e merecem reflexão mais acurada. Como no Congresso Nacional, as coisas na comissão estão sendo decididas de afogadilho. No caso do congresso, há uma decisão final do presidente da República, que tem o poder de veto. No nosso caso, o presidente da comissão pode invocar arguição de relevância e submeter ao plenário", explicou Ney Prado.